

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR.

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às nove horas, no auditório do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema - Cismepar, localizado na Travessa Goiânia, cento e cinquenta e dois - Londrina/PR, realizou-se a centésima octogésima primeira reunião do Conselho Curador para deliberar assuntos constantes na pauta. Para este expediente fizeram-se presentes na categoria de Secretários(as) de Saúde: Talita Maria Bengozi Gozi (Cambé); Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar (Ibiporã); Ivani Alves de Souza (Jaguapitã); Angela Maria Moreira Menezes (Jataizinho); Erika Fernanda dos Santos Bezerra Ludwig (Rolândia); Viviane Granado Barreira da Silva (Tamarana). Também participaram da reunião como ouvintes os representantes da diretoria executiva do consórcio.

Ordem do dia: PLACIC e PAA dois mil e vinte e sete; Anteprojetos de resolução; Caderno de Gestão; Outros assuntos de interesse do Consórcio; Informes. O Sr. Diego cumprimentou a todos e apresentou a pauta a ser discutida. Dando início à reunião, o Sr. Diego solicitou que a Sra. Erika, representante do Município de Rolândia, realizasse a apresentação referente ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) – Base Descentralizada de Rolândia, com a demonstração dos valores que servirão de base para o exercício de dois mil e vinte e sete. Foi apresentada a atualização do cálculo da per capita destinada ao custeio do serviço, a qual subsidiará a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de dois mil e vinte e sete e a cobrança da participação financeira dos municípios consorciados. Na oportunidade, foram demonstrados os custos operacionais do serviço, as receitas provenientes dos repasses da União e do Estado e o rateio da contrapartida municipal, resultando em per capita anual de nove reais e novecentos e dezessete milésimos (R\$ 9,917) e per capita mensal de oitocentos e vinte e seis décimos de milésimo de real (R\$ 0,8264) por habitante, conforme memória de cálculo apresentada. Também foi esclarecido que o expressivo aumento no número de atendimentos registrados em Rolândia decorre, em grande parte, das transferências inter-hospitalares realizadas pela Unidade de Suporte Avançado para pacientes oriundos dos municípios da microrregião, os quais são contabilizados no sistema como atendimentos de Rolândia em razão da origem do serviço, circunstância que subestima a participação dos demais municípios atendidos. O Sr. Diego aproveitando a pauta SAMU, trouxe a informação do andamento da Base Descentralizada de Centenário do Sul: Informou que o Cismepar está conduzindo as tratativas para assumir a gestão da Unidade de Suporte Avançado (USA) de Centenário do Sul, visando garantir a continuidade do serviço e evitar a perda da habilitação da unidade. Esclareceu que está em elaboração instrumento contratual para que o Consórcio assuma a gestão administrativa e promova a contratação terceirizada da equipe responsável pela operação da ambulância, considerando a inviabilidade financeira de o Município de Centenário do Sul manter o serviço até a conclusão do processo de habilitação e qualificação junto ao Ministério da Saúde. Apresentou, ainda, estimativa de custo anual entre dois milhões e quinhentos mil reais e dois milhões e setecentos mil reais, com previsão de per capita inicial aproximada de três reais e quarenta centavos por habitante durante os primeiros meses de implantação, reduzindo-se, após a habilitação da unidade, para aproximadamente vinte e cinco a trinta centavos por habitante. Ressaltou que a implantação da base proporcionará redução no tempo de resposta dos atendimentos aos municípios da região e contribuirá para a melhoria da assistência prestada. A representante do Município de Rolândia esclareceu que a efetiva mensuração dos custos dependerá do início da operação da nova unidade, uma vez que a redistribuição dos atendimentos deverá reduzir despesas com deslocamentos, manutenção e combustível da base de Rolândia, preservando, contudo, a qualidade e a agilidade do atendimento. Ao final, foi solicitado o apoio dos municípios integrantes da área de

abrangência para viabilização da implantação do serviço, permanecendo o assunto em acompanhamento até a conclusão das etapas jurídicas e administrativas necessárias. Anteprojeto número um – Foi apresentada proposta de alteração da forma de remuneração dos profissionais vinculados às linhas de cuidado do Programa de Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada (Qualicis), com o objetivo de ampliar a capacidade de contratação de especialistas e facilitar o provimento de profissionais, especialmente nas áreas de psiquiatria, geriatria, endocrinologia e demais especialidades com maior dificuldade de contratação. Foi esclarecido que, após alinhamento com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e a Décima Sétima Regional de Saúde, verificou-se que não há obrigatoriedade de remuneração por hora de atendimento, possibilitando a contratação por consulta, desde que mantidos os parâmetros e metas estabelecidos pelo programa. Em razão desse entendimento, foram revisados os valores dos procedimentos, considerando as atividades inerentes às linhas de cuidado, como elaboração do plano terapêutico, discussão clínica e acompanhamento multiprofissional. Também foi informado que a alteração permitirá ampliar o número de profissionais habilitados, incluindo médicos especialistas, enfermeiros, fonoaudiólogos e farmacêuticos, favorecendo o cumprimento das metas assistenciais do programa. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número dois – Inclusão de procedimentos de diagnose auditiva na tabela do Cismepar, visando à inclusão dos procedimentos de Audiometria Tonal Limiar (via aérea/óssea) e Logaudiometria (LDV-IRF-LRF), ambos com valor de cem reais por procedimento. A Diretoria Técnica esclareceu que a proposta decorre da defasagem dos valores praticados pela tabela SUS/SIGTAP, circunstância que tem dificultado o credenciamento de prestadores e comprometido a oferta desses exames em alguns municípios. Foram apresentados estudos comparativos demonstrando que os valores atualmente praticados por operadoras, prestadores privados e instituições de referência são significativamente superiores aos propostos pelo Cismepar, evidenciando que o reajuste tem como finalidade apenas viabilizar a execução dos serviços. Durante a discussão, a Sra. Talita, representante do Município de Cambé, manifestou preocupação quanto à política de ampliação dos valores da tabela assistencial, especialmente em relação aos procedimentos de fonoaudiologia. Destacou que a remuneração de cem reais por sessão não é financeiramente sustentável para os municípios, diante do crescimento expressivo da demanda por terapias, sobretudo destinadas a crianças neurodivergentes, ressaltando que os gestores precisam compatibilizar esses custos com as demais ações e serviços de saúde. Defendeu, ainda, a realização de novo estudo técnico para revisão dos valores, a avaliação da viabilidade de atendimentos coletivos quando clinicamente indicados e a construção de uma política que assegure maior equilíbrio financeiro aos municípios. Em resposta, O Sr. Diego informou que promoverá revisão da tabela de procedimentos de fonoaudiologia, incluindo pesquisa de mercado, análise dos valores atualmente praticados pelos municípios consorciados, avaliação das modalidades de atendimento individual e coletivo e eventual reestruturação da tabela para futura apreciação do Conselho Curador. Após os esclarecimentos será mantido a inclusão dos procedimentos, mas permanecendo consignado o compromisso de elaboração de estudo específico para revisão dos procedimentos e valores relacionados à fonoaudiologia, a ser submetido posteriormente ao Conselho Curador. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto PLACIC e PAA para o exercício de dois mil e vinte e sete. Na sequência, o Sr. Diego apresentou o Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum – PLACIC e o Plano de Ação Anual – PAA, esclarecendo que os instrumentos compõem o planejamento orçamentário do Consórcio para o exercício de dois mil e vinte e sete e precisam ser aprovados para posterior encaminhamento aos Municípios Consorciados, possibilitando sua inclusão nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Foi

informado que a proposta orçamentária foi elaborada sem aumento do valor do rateio per capita, mantendo-se o valor atualmente praticado, sendo realizados apenas remanejamentos internos decorrentes da readequação das despesas administrativas e da recomposição de despesas obrigatórias, especialmente relacionadas à atualização da folha de pagamento e contratos de prestação de serviços. Apresentou a estimativa das receitas e despesas dos programas consorciados, destacando os recursos oriundos da contratualização com o SUS, da potencialização, dos convênios e da futura terceirização dos serviços médicos, além das perspectivas de implantação do novo sistema informatizado, que deverá proporcionar maior controle da produção, transparência na prestação de contas e otimização dos processos de regulação, faturamento e pagamento aos prestadores. Durante a discussão, foram apresentados os projetos de reorganização da regulação médica, da distribuição das vagas por Município e da futura individualização dos recursos da contratualização, possibilitando maior autonomia dos Municípios na aplicação dos recursos destinados à assistência especializada. Os representantes do Município de Cambé, participaram ativamente da discussão, apresentando diversos apontamentos de natureza técnica. Inicialmente, destacou a necessidade de aperfeiçoar a apresentação do orçamento, sugerindo que o PLACIC seja acompanhado de demonstrativos que evidenciem, de forma mais detalhada, a aplicação dos recursos vinculados, especialmente aqueles provenientes da contratualização do SUS. A simples apresentação dos valores globais dificulta a compreensão da destinação dos recursos pelos Municípios, sendo importante demonstrar a estimativa de gastos por grandes grupos de despesas, como consultas, exames, serviços médicos e laboratórios. Também solicitou esclarecimentos sobre a composição das receitas, especialmente quanto à origem dos recursos federais e estaduais constantes da proposta orçamentária, questionando a formação do superávit financeiro, a utilização dos rendimentos das aplicações financeiras e a forma como esses valores vêm sendo destinados pelo Consórcio. Durante o debate, observou que essas informações são relevantes para proporcionar maior transparência aos gestores municipais, sugerindo que tais detalhamentos possam ser apresentados em documento complementar, sem necessidade de alterar a estrutura formal do PLACIC. Durante a discussão do PLACIC, o Sr. Diego fez uma breve pausa na apresentação para registrar e agradecer a contribuição da Sra. Talita, quanto às observações técnicas apresentadas durante a elaboração do edital de credenciamento destinado à terceirização de profissionais da saúde. Informou que, após o encaminhamento, pela Sra. Talita, de pareceres técnicos do COFEN e do COREN demonstrando a impossibilidade de contratação de profissionais de enfermagem e técnicos de enfermagem na condição de autônomos pelas empresas credenciadas, o edital foi retirado para revisão e submetido novamente à análise jurídica, que reconheceu a pertinência dos apontamentos, promovendo as adequações necessárias antes de sua publicação. Em seguida, foi retomada a discussão do PLACIC e PAA. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis aos anteprojetos de resolução. Caderno de Gestão – Dando continuidade à apresentação do Caderno de Gestão, o Sr. Diego esclareceu que o documento equivalente ao Relatório Anual de Gestão (RAG) foi elaborado com atraso em razão das diversas demandas enfrentadas pelo Consórcio, comprometendo-se a apresentá-lo, nos próximos exercícios, até fevereiro ou, no máximo, março. Informou que o relatório demonstra a execução física e financeira das ações desenvolvidas em dois mil e vinte e cinco, destacando os resultados da contratualização, da potencialização, do Programa Qualicis e das demais ações assistenciais. Ao apresentar os dados da contratualização, explicou que, além dos recursos ordinários, foram utilizados aproximadamente seis milhões e quatrocentos mil reais provenientes de superávits financeiros de exercícios anteriores. Ressaltou que a meta da gestão é reduzir progressivamente a acumulação desses superávits, buscando que os recursos sejam integralmente executados dentro do próprio exercício financeiro, evitando saldos elevados ao

148 final do ano e proporcionando maior equilíbrio na distribuição dos recursos entre os
149 municípios. Durante a discussão, a Sra. Talita sugeriu que, após a implantação do novo
150 sistema informatizado, o Consórcio passe a apresentar periodicamente relatórios
151 trimestrais de execução orçamentária e financeira, nos moldes das audiências públicas
152 realizadas pelos municípios, permitindo o acompanhamento da arrecadação, da execução das
153 despesas e dos eventuais saldos disponíveis ao longo do exercício, possibilitando ajustes
154 tempestivos na aplicação dos recursos. O Sr. Diego concordou com a proposta, afirmando que
155 o novo sistema permitirá consolidar essas informações de forma mais ágil e assumindo o
156 compromisso de implantar essa rotina de prestação de contas junto ao Conselho Curador. Na
157 sequência, foram apresentados os indicadores de produção assistencial referentes à
158 contratualização, contemplando consultas especializadas, exames de imagem, análises
159 clínicas, anatomia patológica, ultrassonografias, endoscopias, fisioterapia, pequenas cirurgias
160 e demais procedimentos, com a demonstração dos quantitativos realizados e dos respectivos
161 valores executados. O Sr. Diego destacou que parte significativa da produção atualmente
162 realizada por meio da potencialização ainda não é computada nos indicadores oficiais do
163 Ministério da Saúde, ressaltando a expectativa de que o novo sistema permita integrar essas
164 informações e ampliar a transparência e o planejamento assistencial. Também informou que
165 está prevista a contratação de enfermeiro auditor para fortalecer a auditoria das produções
166 realizadas pelos prestadores, aprimorando o controle da execução contratual. Quanto ao
167 ambulatório de feridas, esclareceu que o serviço enfrenta dificuldades em razão da ausência
168 de profissionais médicos, informando que está sendo estruturado novo fluxo assistencial em
169 parceria com a Santa Casa de Londrina, priorizando os casos de maior complexidade e
170 prevendo ações de capacitação para os municípios. Por fim, apresentou os resultados
171 financeiros dos programas Qualicis, potencialização, saúde bucal, diagnósticos
172 especializados, órteses, próteses, saúde auditiva, fornecimento de óculos e plantões médicos,
173 demonstrando a execução dos recursos por município e reforçando que o objetivo da gestão é
174 ampliar a utilização dos recursos disponíveis, aperfeiçoar os mecanismos de controle e
175 garantir maior transparência na execução das ações consorciadas. **Informes:** Escola de Saúde
176 – foram apresentadas as próximas capacitações previstas, destacando-se a abertura de 30
177 vagas para o curso voltado ao atendimento de gestantes, além de outras ações programadas
178 para o mês de julho. Na oportunidade, a Sra. Jennifer abordou a necessidade de organizar
179 treinamento específico para a retirada do implante contraceptivo Implanon, informando que as
180 equipes já foram capacitadas para a inserção do dispositivo, porém ainda não houve
181 capacitação para sua remoção. Relatou o surgimento do primeiro caso de paciente com
182 indicação de retirada e solicitou aos municípios que comuniquem eventuais demandas para
183 que possam ser utilizadas como casos práticos durante o treinamento. Fluxo de Aparelhos
184 Auditivos – Na sequência, foram prestados esclarecimentos sobre os fluxos para solicitação
185 de aparelhos auditivos, cadeiras de rodas, próteses e demais órteses. A Sra. Jennifer informou
186 que foi encaminhada orientação aos municípios quanto ao correto preenchimento dos
187 formulários, em razão de solicitações que vinham sendo apresentadas com informações
188 incompletas, dificultando a análise técnica e o encaminhamento dos pedidos. Esclareceu que
189 os processos devidamente instruídos já foram encaminhados para avaliação da profissional
190 responsável, que realizará contato com os pacientes para proceder à avaliação técnica,
191 definindo o equipamento mais adequado para cada caso. Durante a discussão, foi ressaltada a
192 necessidade de aperfeiçoar o fluxo, prevendo que, após a avaliação técnica, antes da
193 autorização definitiva para aquisição, a ser realizada pelo município, garantindo que o
194 município tenha ciência da indicação técnica e do respectivo custo antes da aquisição do
195 equipamento. Houve manifestação de preocupação quanto ao financiamento dos
196 equipamentos, quanto à definição da participação dos recursos destinados pelo Município de

197 Londrina e daqueles provenientes da regionalização, destacando a necessidade de esclarecer a
198 composição financeira do programa para que os municípios conheçam exatamente qual
199 parcela será custeada pelos recursos existentes e qual dependerá de complementação. O Sr.
200 Diego esclareceu que a definição sobre a origem dos recursos ainda depende de alinhamento
201 com a Secretaria Municipal de Saúde de Londrina e informou que buscará os esclarecimentos
202 necessários, comprometendo-se a apresentar a devolutiva aos municípios em momento
203 oportuno, inclusive por meio do grupo de comunicação utilizado pelo Consórcio. INSS
204 Patronal – A representante do Município de Cambé retomou a discussão acerca da
205 regularização da dívida previdenciária referente ao INSS Patronal, questionando sobre a
206 necessidade de elaboração de lei municipal para reconhecimento da obrigação pelos entes
207 consorciados, conforme orientação apresentada na última reunião do Conselho Fiscal. Em
208 resposta, o Sr. Diego esclareceu que a administração aguarda a conclusão do processo de
209 parcelamento para definição do valor consolidado da dívida e das respectivas parcelas, a fim
210 de estruturar a proposta que será submetida aos municípios. Informou que a intenção é
211 apresentar, na reunião de agosto, projeto de resolução acompanhado da minuta de projeto de
212 lei a ser encaminhada às Câmaras Municipais, contemplando a forma de reconhecimento da
213 dívida e o respectivo rateio entre os consorciados. Explicou, ainda, que a deliberação
214 envolverá a definição da forma de utilização dos recursos atualmente disponíveis em caixa,
215 avaliando alternativas como a utilização desses valores para amortizar parte das parcelas ou a
216 realização de aportes proporcionais pelos municípios. Ressaltou que o reconhecimento da
217 dívida pelos municípios decorre da necessidade de formalizar obrigação financeira que
218 ultrapassará o mandato da atual gestão, exigindo autorização legislativa municipal. Por fim,
219 informou que a matéria será encaminhada juntamente com outras adequações administrativas
220 e estruturais previstas para o Consórcio, cuja expectativa é de envio aos municípios no mês de
221 agosto, após a conclusão dos estudos técnicos necessários. Nada mais havendo a tratar, deu-se
222 por encerrada a reunião, eu, Simone S. O. Oussaki, Assessora Executiva, lavrei a presente ata
223 que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma que esta será publicada no
224 site do Cismepar em até cinco dias úteis e o arquivo de áudio e/ou vídeo desta reunião fica
225 disponível para consulta aos interessados, sob guarda da Diretoria Executiva.

MUNICÍPIO	NOME
Cambé	Talita Maria Bengozi Gozi
Ibiporã	Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar
Jaguapitã	Ivani Alves de Souza
Jataizinho	Angela Maria Moreira Menezes
Rolândia	Erika Fernanda dos Santos Bezerra Ludwig
Tamarana	Viviane Granado Barreira da Silva
Cismepar	Diego Augusto Buffalo Gomes

226